

UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO			
CNPJ - 10.219.897/0001-00			
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - ATIVO			
ATIVO	*	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		24.211.821,15	24.925.016,93
<u>Disponível</u>	5	<u>1.009.341,23</u>	<u>373.484,55</u>
<u>Realizável</u>		<u>23.202.479,92</u>	<u>24.551.532,38</u>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	6	10.092.652,92	7.419.065,90
Aplicações Livres		5.341.896,62	15.424.431,21
Contraprestação Pecuniária a Receber	7	4.477.651,73	1.572.450,71
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com PS Operadora		26.686,37	29.040,54
Créditos Tributários		373.018,82	-
Bens e Títulos a Receber	8	2.885.282,55	103.019,80
Despesas Antecipadas		5.290,91	3.524,22
ATIVO NÃO CIRCULANTE		36.641.046,00	20.137.429,67
<u>Investimentos</u>	9	<u>528.343,32</u>	<u>528.343,32</u>
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência a Saúde		528.343,32	528.343,32
<u>Imobilizado</u>	10	<u>36.112.702,68</u>	<u>19.609.086,35</u>
Imóveis de Uso Próprio		2.977.337,52	2.617.337,52
Imobilizados de Uso Próprio		1.779.095,58	1.787.993,24
Imobilizações em Curso		31.088.799,39	14.923.152,10
Outras Imobilizações		267.470,19	280.603,49
TOTAL DO ATIVO		60.852.867,15	45.062.446,60

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 10.219.897/0001-00

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - PASSIVO

PASSIVO	*	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		26.286.325,72	17.855.933,06
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	11	15.273.373,84	9.040.647,95
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		64.575,13	735.178,57
Débitos com Operações de Assist. à Saúde Não Relacionadas com PS da Operadora		-	494.138,52
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	12	2.339.653,23	2.473.996,73
Débitos Diversos	13	8.608.723,52	5.111.971,29
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.343.976,55	4.442.175,96
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		1.998.003,68	1.246.178,88
Provisões para Ações Judiciais		1.345.972,87	3.195.997,08
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.222.564,88	22.764.337,58
Capital Social	14	2.652.959,43	2.406.311,70
Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais		14.767.337,11	7.419.656,30
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		12.938.369,59	8.697.646,66
Resultado - Cooperativas		863.898,75	4.240.722,92
TOTAL DO PASSIVO		60.852.867,15	45.062.446,60

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 10.219.897/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	129.848.995,10	102.305.979,03
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	941.623,51	981.458,79
(+) Outros Recebimentos Operacionais	2.466.407,67	1.545.858,25
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	66.186.580,44	51.212.526,68
(-) Pagamento de Comissões	2.512.930,09	1.496.993,75
(-) Pagamento de Pessoal	9.015.454,25	8.414.741,85
(-) Pagamento de Pró-Labore	1.259.656,85	1.002.362,65
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	1.926.294,70	1.372.624,17
(-) Pagamento de Tributos	15.965.989,87	11.737.694,12
(-) Pagamento de Aluguel	354.141,54	341.525,41
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	483.775,32	258.237,13
(-) Outros Pagamentos Operacionais	23.656.695,58	19.847.545,52
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>11.895.507,64</u>	<u>9.149.044,79</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Hospitalar		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	683.458,91	902.292,16
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	417.293,18	359.057,12
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	<u>1.100.752,09</u>	<u>1.261.349,28</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>10.794.755,55</u>	<u>7.887.695,51</u>
CAIXA - Saldo Inicial	<u>373.484,55</u>	<u>168.240,57</u>
CAIXA - Saldo Final	<u>1.009.341,23</u>	<u>373.484,55</u>
Ativos Livres no Início do Período (*)	22.843.497,11	26.161.660,02
Ativos Livres no Final do Período (*)	15.434.549,54	22.843.497,11
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - RECURSOS LIVRES	<u>- 7.408.947,57</u>	<u>- 3.318.162,91</u>

*** As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis**

UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO								
CNPJ - 10.219.897/0001-00								
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL								
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020								
	Capital Social		RESERVAS				SOBRAS	TOTAL
	Subscrito	Construção HUOP	Retencao producao - Reserva de Capital	FATES	RATES	Outras Reservas	Sobras do Exercício	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.309.865,97	7.419.656,30	2.367.988,61	465.289,10	248.923,11	4.152.897,45	1.462.548,39	18.427.168,92
Aumento / Diminuição de Capital com lucros e reservas								-
Integralização do Capital	136.002,66							136.002,66
Baixa de cooperados	39.556,93							39.556,93
Reservas de Capital/Patrimoniais (detalhar)								-
Destinação de Resultados Anteriores						1.462.548,39		1.462.548,39
Construção HUOP								-
Ajustes de Avaliação Patrimonial								-
Lucro/Superávit/Prejuízo Líquido do Exercício								-
Sobras do Exercício								-
Proposta da destinação das sobras:								-
FATES - 10%								-
RATES - 5%								-
RATES - Resultado atos não cooperativos								-
Outras Reservas de Lucros (detalhar)								-
Sobras à disposição da A.G.O							2.778.174,53	2.778.174,53
R\$ por cota								-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.406.311,70	7.419.656,30	2.367.988,61	465.289,10	248.923,11	5.615.445,84	4.240.722,92	22.764.337,58
Aumento / Diminuição de Capital com lucros e reservas								-
Integralização do Capital	266.657,46							266.657,46
Baixa de cooperados	20.009,73							20.009,73
Reservas de Capital/Patrimoniais (detalhar)								-
Destinação de Resultados Anteriores						3.816.650,63		3.816.650,63
Construção HUOP		7.347.680,81						7.347.680,81
Ajustes de Avaliação Patrimonial								-
Lucro/Superávit/Prejuízo Líquido do Exercício								-
Sobras do Exercício								-
Proposta da destinação das sobras:								-
FATES - 10%							212.036,15	212.036,15
RATES - 5%							212.036,15	212.036,15
RATES - Resultado atos não cooperativos								-
Outras Reservas de Lucros (detalhar)								-
Sobras à disposição da A.G.O							863.898,76	863.898,76
R\$ por cota								-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.652.959,43	14.767.337,11	2.367.988,61	465.289,10	248.923,11	9.432.096,47	1.287.971,06	31.222.564,88

*** As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis**

UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ: 10.219.897/0001-00

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos
em
31 de dezembro de 2021 e 2010.
(Todos os valores expressos em milhares de reais)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social à congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País. A sociedade conta com 109 médicos associados, 01 Hospital Próprio, Atendimento Domiciliar, 101 serviços credenciados (Hospitais, Clínicas e Laboratórios), além de participar da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional. Sua área de ação abrange os municípios de Itaituba, Alenquer, Altamira, Aveiro, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Senador José Porfírio, Rurópolis, Medicilândia, Uruará, Placas, Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Terra Santa, Vitória do Xingú, Brasil Novo, Aveiro, Almerim, Curuá, Porto de Moz, Mojuí dos Campos e Santarém onde está localizada sua sede administrativa.

2) PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na operação de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Pré-Estabelecido e por Serviços Realmente Prestados, a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada. Possui registro definitivo de funcionamento na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob o número 362140.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância da Lei das Sociedades Cooperativas - Lei 5.764/71, das Normas Brasileiras de Contabilidade, e padrões da Agência Nacional de Saúde, conforme novo plano de contas estabelecido pela RN 290 de 27 de Fevereiro de 2012, atualizado pelas RN 390/2015 e RN 435/18, como também parcialmente os aspectos relacionados à lei 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A cooperativa também atendeu os quesitos da ITG 2004, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2021, de forma a permitir a comparabilidade.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN 290 de 27 de fevereiro de 2012, atualizado pelas RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 435/18, de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03 (R2) e CFC NBC TG 03 (R2) – Resolução nº 1296/10.

A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em 18/03/2022 e foi dada pela Diretoria Executiva da cooperativa.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1- Regime de Escrituração

A Unimed Oeste do Pará adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.2- Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

4.3- Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos (líquidos de IRRF quando aplicável) auferidos até 31 de dezembro de 2021, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

As aplicações financeiras foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes a Caixa

4.4- Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (ii) conta de resultado “receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora” no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares. A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO I da RN 290, atualizado pelas RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017, da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

I - Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;

II - Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;

III - Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

4.5- Investimentos

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, e pelo método de equivalência patrimonial deduzida de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor quando este for inferior ao valor de mercado.

4.6- Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96. As depreciações foram calculadas pelo método linear a taxa que levam em conta a vida útil dos bens, as quais as taxas estão demonstradas em Nota Explicativa específica do Imobilizado.

4.7- Ativo Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que compõem pelas taxas descritas em nota específica e de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e CFC NBC TG 04 (R1) – Resolução 1303/10.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela cooperativa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

4.8- Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas CPC 01(R1) e CFC NBC TG 01 – Resolução 1292/10. A administração da UNIMED Oeste do Pará entende não ser necessária a constituição de provisão para perda do valor recuperável do ativo nos termos da Resolução CFC 1.292/10 para o exercício de 2021.

4.9- Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa RN nº 209/2009 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebida pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 209/09 e RN 290/2012 e suas alterações.

a) Provisões Técnicas:

I - Provisão de Eventos a Liquidar, para as obrigações que envolvem os custos com assistência à saúde médica hospitalar dos usuários de planos de saúde da operadora;

II - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN nº 209 de 22/12/2009 e alterações, expedida pela ANS.

4.10- Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, conforme mencionado em nota explicativa específica de Imposto de Renda e Contribuição Social.

4.11- Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.12- Ativos e Passivos contingentes

Ativos contingentes: são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

4.13- Apuração de resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

As Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência a saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

4.14- Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade a Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

4.15- Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4.16- Normas Internacionais de Contabilidade

A cooperativa vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 47 – Receitas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado do qual não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis da cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5- DISPONÍVEL

- a) Caixa e Bancos

Compõe a conta de Caixa e Transações Bancárias.

6- APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Unimed dividiu o valor de suas aplicações financeiras entre as principais instituições financeiras do mercado:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2021	2020
Sicred	7.163.100,59	4.593.163,48
Itau Aplicações	2.929.552,33	2.825.902,42
Total de aplicações vinculadas a Provisões Técnicas	10.092.652,92	7.419.065,90
Aplicacao - Banco Sicred	11.884,79	2.919.297,67
Aplicacao Sicred - Automatica	330.449,16	3.459.509,37
Aplicacao Vinculada - SICOOB	4.803.516,66	8.581.451,81
Aplicacao Itau - Automatica	196.046,01	364.426,55
Aplicacao Automatica Itau - HUOP	-	1.014,28
Aplicacao Construção HUOP	-	98.731,53
Total de aplicações financeiras não vinculadas	5.341.896,62	15.424.431,21
Total de aplicações	15.434.549,54	22.843.497,11

(*) – Aplicações financeiras vinculadas a ativos garantidores, cuja movimentação segue regras definidas pela ANS;

7- CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE

A composição dos “Créditos de Operações de Assistência a Saúde” está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Créditos Operacionais de Assistência á Saúde	2021	2020
Pessoa Física	1.735.153,95	1.239.274,00
(-) PPSC	- 465.897,35	- 576.819,41
Total Pessoa Física	1.269.256,60	662.454,59
Pessoa Jurídica	2.871.345,28	1.036.233,31
(-) PPSC	- 304.729,11	- 126.237,19
Total Pessoa Jurídica	2.566.616,17	909.996,12
Cobertura Assistencial com Preço Pos Estabelecido - RN 430	641.778,96	-
Totais de Créditos de Operações com Planos	4.477.651,73	1.572.450,71

(a) O saldo da conta “Contraprestação pecuniária a receber” refere-se a valores a receber referente a créditos com planos de saúde da operadora;

8- BENS E TÍTULOS A RECEBER

ESTOQUE	2021	2020
Medicamentos – Hospitalares HUOP	2.169,48	
Materiais Médicos Hospitalares HUOP	140.787,56	
Estoques Hospitalares	876.161,22	80,03
Estoque - Operadora	695.435,00	14.980,83
SUB-TOTAL	1.714.553,26	15.060,86
TÍTULOS A RECEBER		
Cartão de Crédito	118.102,95	60.390,80
Notas Promissórias	17.210,20	7.052,70
Cartao de Credito - Operadora	118.198,20	801,83
SUB-TOTAL	253.511,35	68.245,33
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER		
Adto. Férias	207.322,66	15.811,35
13º Salario	-	-
Empréstimos a Funcionários - OPERADORA	40.204,42	3.902,26
Adiantamentos Para Fornecedores Diversos	665.163,58	
Adiantamentos a Cooperados	-	
Adiantamento P/ Serv de Terceiros	3.782,50	
Adiantamento a Clinicas	-	
Adiantamento a Laboratórios	-	
Adiantamento P/ Forneced. de Materiais	603,40	
Adiantamento Cooperados - UNICRED	-	
Adiantamento Colaborador	141,38	
SUB-TOTAL	917.217,94	19.713,61
TOTAL	2.885.282,55	103.019,80

9- INVESTIMENTOS

a) Quadro analítico

A Cooperativa possui as seguintes participações societárias:

Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (a)	2021	2020
FAMA	532.316,15	532.316,15
(-) Provisão Para Desvalorização	- 3.972,83	- 3.972,83
TOTAL	528.343,32	528.343,32

10- IMOBILIZADO

a) Quadro resumo:

Em 2021, a cooperativa efetuou a revisão anual da vida econômica dos bens com o objetivo de certificar que a depreciação registrada estar de acordo com a política de utilização de ativos adotada pela entidade conforme previsto no CPC 27 e CFC NBC TG 27 (R3) – Resolução 1.177/09.

b) Quadro resumo de movimentações:

IMOBILIZADO	2021	2020
IMÓVEIS	2.977.337,52	2.617.337,52
IMOBILIZADO - HOSPITALARES	919.913,30	1.086.185,55
IMOBILIZADO - NÃO HOSPITALARES	859.182,28	701.807,69
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	31.088.799,39	14.923.152,10
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	267.470,19	280.603,49
TOTAL	36.112.702,68	19.609.086,35

c) Recuperabilidade dos ativos

Conforme CPC 01 (R1) e CFC NBC TG 01 (R3) Resolução nº 1.292/10, a cooperativa efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo imobilizado com uma estimativa dos valores recuperáveis, levando-se em consideração a metodologia da determinação da vida útil dos bens e do Justo Valor.

Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

11- PROVISÕES TÉCNICAS

EVENTOS A LIQUIDAR	2021	2020
Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG (i)	1.367.271,25	1.095.715,68
Provisão de Remissão (ii)	43.824,30	23.440,22
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (iii)	2.027.444,39	2.060.505,12
Provisão de eventos a liquidar para o Outros Prestadores (iv)	4.386.224,67	1.549.946,94
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA (v)	6.434.252,43	4.334.480,21
Prov. Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) - SUS	1.014.356,80	
TOTAL	15.273.373,84	9.064.088,17

i) Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

ii) Provisão de Remissão

Obedecendo a critérios e cálculo definido em nota atuarial aprovada pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar foi constituída provisão de remissão para garantir cobertura de riscos contratuais em favor de beneficiários, após o falecimento do titular de planos de assistência à saúde, totalizando o montante, sendo a mesma classificada no Passivo Não Circulante.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

iii) Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS

Refere-se ao valor cobrado pela ANS referente ao ressarcimento ao SUS, sendo o valor contabilizado pelo valor cobrado no momento do recebimento da conta médica e ajustado mensalmente pelo valor informado no site da ANS.

iv) Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN ANS nº 209/09 e RN 393/2015 que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Conforme publicação da RN 227/10 e alterações vigentes, que determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos ao disponível e as aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas.

Quadro demonstrativo	de valores:	
Provisão de Eventos a liquidar	2021	2020
Prestadores - Médicos	1.284.871,87	732.134,24
Prestadores – Hospitais	179.495,92	568.194,08
Prestadores – Clínicas	1.649.416,47	259.280,11
Prestadores – Laboratórios	509.572,11	296.875,08
Prestadores – Médicos Credenciados	749.308,77	187.601,95
Anestesiologistas	13.559,53	-
(-)Serv. Assistencias Outras Operadoras		- 494.138,52
TOTAL	4.386.224,67	1.549.946,94

v) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pelo art. 16 da RN 209 da ANS e RN 393/2015, representa os eventos ocorridos, porém não avisados a operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS utilizar 9,5% (8,5% para as Operadoras de Médio e Pequeno porte) das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 12% (10% para as Operadoras de Médio e Pequeno porte) dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior.

A Entidade em 31 de dezembro de 2021 apresenta o registro contábil desta provisão em R\$ 14.741.114 (quatorze milhões setecentos e quarenta e um mil cento e quatorze reais), ou seja, 100% da Provisão exigida.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 159/07, RN 209/2009, RN 227/2010, RN 246/2011, RN 313/2012, RN 392/2015, RN 393/2015:

a) Patrimônio Mínimo Ajustado

O Capital social da Cooperativa em 31/12/2021 representa o montante de R\$2.406.311,70, enquanto o Patrimônio Líquido Ajustado calculado conforme RN 209/2009 representa menos de 380 mil reais.

b) Margem de solvência

Regulamentada pelo art. 6 da RN 209 da ANS corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social ajustado por efeitos econômicos, sendo regulamentado pelo patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses dos dois o maior. Os prazos permitidos para adequação da Margem de Solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2.012 pela RN nº 313 resumindo-se da seguinte forma os limites mínimos de percentuais e os respectivos prazos:

- Em 31 de dezembro de 2.012 - 35%;
- Entre janeiro de 2.013 a novembro de 2.013, 35% adicionado à proporção cumulativo mensal de 0,25%;
- Em 31 de dezembro de 2.014 - 41%;
- Entre janeiro de 2.015 a novembro de 2.022, 41% adicionados à proporção cumulativa mensal de 0,615%;
- E em dezembro de 2.022 - 100% da Margem de Solvência.

A entidade em 31 de dezembro de 2021 possui um Patrimônio Líquido com os ajustes econômicos permitidos.

12- TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

a) Quadro resumo

IMPOSTOS	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Pagar	601.629,21	517.958,30
Contribuição Social sobre o Lucro Líquid	564.648,92	470.638,78
INSS	179.810,36	314.389,64
FGTS	299.558,79	308.578,05
IRRF	534.733,57	574.774,79
ISSQN	75.037,87	142.001,72
CSLL/Pis/Cofins	84.234,51	145.655,45
TOTAL	2.339.653,23	2.473.996,73

13- DÉBITOS DIVERSOS

Os débitos de Operações de Assistência à Saúde são relativos aos valores das transações de operações de assistência médico-hospitalar realizadas entre as operadoras de saúde, com a seguinte composição:

DÉBITOS DIVERSOS	2021	2020
Obrigações com Pessoal	3.574.557,27	2.745.488,69
Fornecedores	5.003.832,58	2.333.397,56
Outros Débitos a Pagar	30.333,67	33.085,04
TOTAL	8.608.723,52	5.111.971,29

14- CAPITAL SOCIAL, RESERVAS E AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**15.1) CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social está dividido entre 127 cooperados, sendo que o valor da quota parte é de R\$ 20.000,00.

15.2) RESERVAS

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa podem assim ser identificadas:

a) RATES (FATES) – Reserva (Fundo) de Assistência Técnica Educacional e Social

Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da Sociedade, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado de operações com não associados.

b) FUNDO DE RESERVA

Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituído por, no mínimo 10% (dez por cento) das sobras apuradas no Balanço anual.

15- DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2021	2020
Despesas com pessoal próprio (i)	7.903.450,01	6.407.001,24
Despesas com serviços de terceiros (ii)	3.305.358,04	2.223.136,12
Despesas com localização e funcionamento (iii)	3.750.543,51	3.168.775,12
Despesas com publicidade e propaganda	483.775,32	258.237,13
Despesas com tributos	20.679,31	35.542,26
Despesas administrativas diversas	336.534,18	435.202,06
TOTAL	15.800.340,37	12.527.893,93

(i) Honorários dos conselhos administração, diretoria executiva, conselho fiscal, salários e benefícios para colaboradores e encargos sociais sobre folhas de pagamentos;

(ii) Serviços de terceiros relativos a trabalhos advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros;

(iii) Utilização e manutenção das instalações da UNIMED, tais como: energia, água, segurança, aluguéis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente;

16- RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	2021	2020
Receitas com aplicações financeiras	941.623,51	981.458,79
Receitas por recebimento em atrasos	976.006,60	715.249,73
Receitas Financeiras Diversas	169.837,18	112.748,34
TOTAL RECEITAS FINANCEIRAS	2.087.467,29	1.809.456,86
Descontos concedidos	172.360,37	99.508,06
Despesa Financeira com Financiamentos	832,10	2.271,90
Despesas Financeiras de Encargos sobre Tributos	283.173,84	7.799,58
Despesas por pagamento em atraso	484.097,25	420.164,23
Despesas financeiras diversas	2.626.241,58	2.643.916,54
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	3.566.705,14	3.173.660,31
TOTAL LÍQUIDO	- 1.479.237,85	- 1.364.203,45

17- INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência à Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima á do balanço.

Em 31 de dezembro de 2021, a Unimed não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

b) Fatores de risco

A Cooperativa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito;

Advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros;

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a cooperativa adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC), aplicados em instituições financeiras.

b4) Risco operacional;

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Cooperativa.

O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

b5) Risco da gestão da carteira de investimentos.

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

18- COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, é assim demonstrada:

COBERTURA DE SEGUROS		2021	2020
Complexo administrativo - sede	Incendio/ Raio/ Explosão	938,58	2.415,58
Complexo hospitalar	Incendio/ Raio/ Explosão	2.325,90	6.989,74
TOTAL		3.264,48	9.405,32

19- EVENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES – INFORMAÇÃO REGULAMENTADA PELA ANS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2021 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

(Preenchimento com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Coparticipação e Outras Recuperações)

2021 - 411							
Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais/ Familiares pós Lei							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Out. Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	5.456.325,52	5.002.656,52	2.859.587,54	3.852.454,58	3.884.147,74	2.841.474,57	23.896.646,47
Rede Contratada	3.889.545,25	4.169.525,85	1.223.659,69	1.852.369,69	1.236.958,57	1.729.607,01	14.101.666,06
Reembolso	182.365,63	356.254,54	85.141,74	126.365,32	189.965,69	123.695,69	1.063.788,61
Intercâmbio Eventual	1.523.698,58	1.326.698,85	1.002.369,69	1.414.454,59	854.147,74	1.369.658,58	7.491.028,03
TOTAL	11.051.934,98	10.855.135,76	5.170.758,66	7.245.644,18	6.165.219,74	6.064.435,85	46.553.129,17

2020 - 411							
Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais/ Familiares pós Lei							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Out. Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	3.451.525,74	2.895.636,74	987.414,74	2.241.541,85	2.326.969,98	2.107.061,09	14.010.150,14
Rede Contratada	2.122.545,58	2.784.154,25	1.326.514,25	1.659.847,54	1.145.252,65	1.254.696,69	10.293.010,96
Reembolso	187.454,74	254.636,65	114.141,36	85.414,01	185.474,36	80.414,52	907.535,64
Intercâmbio Eventual	1.412.585,85	1.236.547,58	1.147.454,85	1.326.659,69	741.415,23	1.256.998,87	7.121.662,07
TOTAL	7.174.111,91	7.170.975,22	3.575.525,20	5.313.463,09	4.399.112,22	4.699.171,17	32.332.358,81

20- ADOÇÃO DA RN 430/17

A Unimed Oeste do Pará, conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. Os valores referentes ao exercício de 2021 foram contabilizados conforme movimentações dos arquivos (arquivo PTU), relativos às transações de intercâmbio. Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimeds Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional, aprovadas pelo Fórum Unimed. As contabilizações ocorreram como a seguir:

Unimed Oeste do Pará como Prestadora

Conforme requerido pela RN 430, quando ocorre o atendimento pela Unimed Porto Velho, de beneficiários de outra Operadora, os custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como “Eventos Indenizáveis” – Grupo 4111 do Plano de Contas da ANS. Também, conforme RN 430, as faturas emitidas são contabilizadas como “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde” – Conta Contábil 311112 do Plano de Contas da ANS.

Unimed Oeste do Para como Origem

Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários da Unimed Porto Velho em outras Operadoras, de forma habitual, conforme requerido pela RN 430, passaram a ser contabilizados, na conta redutora da receita “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde “Conta Contábil 3117 do Plano de Contas da ANS.

Os saldos contábeis referentes a 31.12.2021 estão sendo apresentados sem os efeitos da RN 430/2017.

Detalhamento:

Adoção da RN 430/2017 – Prestadora

Os registros contábeis do compartilhamento de risco assumido de acordo com a definição da RN nº 430 de 7 de dezembro de 2017, no ano de 2021, foram efetivados no mês de dezembro de 2021. Este reconhecimento da corresponsabilidade, na sua totalidade, no regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro a partir das contas 411112 e 311112 conforme normativa vigente.

Adoção da RN 430/2017 – Origem

O registro contábil efetivado de acordo com o que estabelece os artigos nºs 16, 17 e 18, mesmo que intempestivos ocorreram no exercício de 2021, para atender o disposto a RN nº 430 que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. Os registros contábeis do compartilhamento da gestão de riscos cedido (transferido) de acordo com a definição da RN nº 430 de 7 de dezembro de 2017, no ano de 2021, foram efetivados no mês de dezembro de 2021. Estes reconhecimentos da corresponsabilidade transferida foram aplicados aos contratos de preço preestabelecido e nos contratos de preço pós-estabelecido, executado em regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro nas contas do grupo 3117. Para conciliação dos livros auxiliares deverá ser levado em consideração o controle complementar da movimentação do compartilhamento de risco que se encontra, na sua totalidade nos livros auxiliares, dentro do movimento de intercâmbio eventual.

Quadro Movimentação da RN 430/2017

Os registros contábeis do compartilhamento de risco onde a prestação do atendimento assistencial entre operadoras ocorreu na modalidade de Pós Pagamento de acordo com a definição no item 6.2.2 ao anexo da RN nº 430 de 7 de dezembro de 2017, no ano de 2021, foram dentro do referido exercício contábil. Este reconhecimento da corresponsabilidade, na sua totalidade mesmo que intempestivos ocorreram no exercício de 2021 para atender o normativo vigente, conforme quadros para demonstrativos da escrituração contábil dos lançamentos:

UNIMED OESTE DO PARÁ	Total Despesa origem	Total Despesa prestadora	Total habitual origem	Total habitual prestadora
	19.541.474,40	25.898.474,74	17.224.179,97	27.883.111,19

21- APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Executiva da Cooperativa em 18 de março de 2022.

Alberto Mariano Gusmão Tolentino
CPF – 175.640.772/04
Presidente

Fábio Adriano dos Anjos Silva
CRC/PA N° - 017093/O-4
Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores, Conselheiros e Cooperados da

UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Santarém – PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis **UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas 11, a determinação da política contábil adotada pela entidade para o reconhecimento da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – SUS e Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações, segue o entendimento manifestado pela ANS na Resolução Normativa nº 476 de 23 de dezembro de 2021, sendo constituído gradualmente, de tal forma que o referido passivo seja integralmente constituído até dezembro de 2022. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 16 de março de 2021, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório

de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bauru, 22 de março de 2022.

AZEVEDO AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC 2 SP 036851 /0-2

Elizeu de Azevedo – Sócio Diretor

Contador CRC 1 SP 076962/0-9 - PA

